

- "infelizmente, o partido que perdeu as eleições, a UNITA, retomou o conflito antes mesmo de estar completado o processo eleitoral. E a UNITA agora recusa-se a assinar o acordo de paz presentemente em discussão. O governo angolano, pelo contrário, concordou em assinar esse acordo de paz, deu posse a um parlamento democraticamente eleito, e ofere-

ceu-se a incorporar a UNITA em todos os níveis da governação";

- "espero que a UNITA aceite uma solução negociada e que seja parte deste governo".

(tradução não oficial)

## Reflexão sobre as novas Forças Armadas (2)

# ESTRATÉGIA GERAL A.1.3

3-100/93 (Maputo) Por estratégia pode-se entender a técnica de programação e gestão de recursos humanos e materiais, com vista a alcançar-se objectivos definidos pelo poder político, com referência à guerra.

O principal objectivo das novas Forças Armadas, a curto prazo, é assegurar que o processo eleitoral e o período imediatamente após as eleições decorram com normalidade. Tal missão, eminentemente de manutenção da ordem interna, deve condicionar a estruturação das Forças Armadas, embora deva existir a perspectiva da diminuição da importância de tal missão.

A longo prazo, as Forças Armadas têm como objectivos; 1- assegurar a inviolabilidade das fronteiras terrestres e marítimas e o espaço aéreo; 2- auxiliar a Polícia em períodos de crise interna na resolução de tensões.

Como objectivos de segundo plano, as Forças Armadas devem servir de instrumento de reforço da unidade nacional, e serem base de formação cívica, patriótica e profissional.

Não é credível, mesmo a longo prazo, que qualquer governo de Moçambique venha a ter pretensões territoriais expansionistas, pelo que as Forças Armadas não deverão estar dotadas para a concretização de tal objectivo. Exclui-se, portanto, a constituição de capacidades de intervenção no exterior.

As violações à integridade territorial de Moçambique podem porvir fundamentalmente dos seguintes flancos:

1- da costa, de longa extensão, que possui recursos piscatórios que vêm sendo indevidamente utilizados por estrangeiros. A costa constitui também ponto possível de entrada de produtos e indivíduos indesejáveis.

Neste sentido, as novas Forças Armadas deverão estar dotadas de meios combinados de Força Aérea e Marinha capazes de garantir a inviolabilidade da zona económica exclusiva.

Em todo o caso, para além da protecção de recursos naturais, a linha da costa é potencialmente ponto de entrada de inimigos;

2- Da fronteira com a África do Sul, principal potência económica e militar regional. Pode-se assumir como potencialmente para Moçambique manter-se isolado num conflito militar com este país. Logo, as Forças Armadas devem estar potenciadas para produzir uma resistência ao ataque imediato, enquanto se reúnem forças e meios aliados para o combate.

A principal ameaça que provém da África do Sul decorre da sua instabilidade interna que, provavelmente, se manterá por alguns anos. Daí, existe a possibilidade de grupos/facções envolvidos no conflito pretenderem utilizar o território moçam-

bicano como ponto de passagem de material e homens;

3- a estratégia defensiva a utilizar deverá ser similar no respeitante à fronteira com a Swazilândia;

4- quanto à fronteira com o Zimbábwe, há que tomar em conta pretensões históricas sobre a zona centro do país (império do Monomotapa e a necessidade de acesso ao mar).

Este país é a segunda potência económica e militar regional, estando a desenvolver um potencial militar considerável ao nível industrial e tecnológico; possui tropa com elevada capacidade combativa, bem equipada e bem treinada.

O envolvimento do Zimbábwe na guerra civil em Moçambique, ao lado do partido no poder, potencia uma instabilidade em caso de vitória eleitoral de outro partido político;

5- da fronteira com o Malawi, existem pretensões territoriais históricas (acesso ao mar, similitude de origens tribais com populações do norte da Zâmbia). Porém, a capacidade militar é débil, do que resulta, a curto prazo, a sua incapacidade de, por si só, embarcar em acções de destabilização;

6- das fronteiras com a Zâmbia e Tanzania não há pretensões territoriais conhecidas. O controle normal de fronteiras é o único tipo de acção que se prevê necessária.

A outra missão das Forças Armadas consistirá em combater tensões internas, não resolvidas pela acção normal da Polícia, como, por exemplo, possíveis movimentos separatistas.

Porém, a curto prazo, destaca-se a necessidade de debelar a existência de grupos armados, cuja existência decorre, principalmente: 1- da distribuição descontrolada de armamentos; 2- da existência de graves carências de meios de subsistência das populações; e, pelo menos, 3- da deterioração dos valores morais, éticos e de família.

Para combater estes grupos existem duas alternativas: 1- constituir uma Polícia bastante militarizada, com efectivos consideráveis e alguns meios convencionais; 2- responsabilizar as Forças Armadas pelo combate a estes grupos.

A segunda possui vantagens, designadamente: 1- concentra recursos humanos e materiais numa única instituição; 2- é comparativamente menos onerosa, por recorrer a uma maior percentagem de efectivos não profissionais; e, 3- pela maior facilidade na mobilização rápida de efectivos adicionais.

Um dos objectivos assumidos para as novas Forças Armadas é o de contribuir para o reforço da unidade nacional, essencialmente através da miscigenação de homens, culturas, tradições e línguas. Para tal, será necessário adoptar-se, ainda que dispendioso, mecanismos de recrutamento e de afectação que concorram para este objectivo.

mediaFAX no Xai Xai

Tratar com a Sra Francisca Cabral na Associação do Desenvolvimento da Comunidade Rural  
Prolongamento da Av Maguiguana, edifício da GEOMOC, Tel 22681, FAX 22740

A situação internacional é desfavorável a qualquer agressão externa, de tipo invasão. No entanto, o financiamento, por parte de interesses externos, de grupos armados de origem eminentemente local, permanece como uma possibilidade.

Adicionalmente, a evolução político-económica da região, nomeadamente no concernente à formação de alianças

económicas (SADC e PTA) contribui para se reduzir o perigo de um conflito.

Uma política de alianças, associando as vertentes diplomática e militar, pode levar, pela redução dos riscos de conflito, a uma situação de maior estabilidade, facilitando a missão das Forças Armadas.

(do conselheiro do mediaFAX para os assuntos militares)